

Domingo, 06 de Setembro de 2026

Operação Fariseus: Polícia Civil prende família investigada por usar projeto religioso para apoiar facção criminosa

Investigação aponta desvirtuamento de atividade missionária em presídios para intermediar comunicação e recursos a criminosos

A Polícia Civil de Mato Grosso deflagrou a **Operação Fariseus**, ação que investiga membros de uma família acusados de fornecer suporte comunicacional, logístico e financeiro a integrantes de facção criminosa, utilizando atividade religiosa como cobertura para essas ações ilícitas.

A operação resultou na execução de um mandado de prisão preventiva contra um dos investigados, além de diversos mandados de busca e apreensão de dispositivos eletrônicos. Também foram decretadas medidas cautelares incluindo quebra de sigilo telefônico, acesso a dados telemáticos e bancários, bem como proibição temporária dos suspeitos de entrar em unidades prisionais através de projetos religiosos.

As ordens judiciais foram emitidas pelo Núcleo de Justiça 4.0 do Juízo das Garantias – Polo de Cuiabá, fundamentadas em investigações conduzidas pela Gerência de Combate ao Crime Organizado (GCCO) e Delegacia Especializada de Repressão ao Crime Organizado (Draco).

Segundo os indícios coletados, uma atividade missionária aparentemente legítima desenvolvida dentro de presídios servia como mecanismo para facilitar contatos entre os evangelistas e detentos, intermediar mensagens, aproximar-se de familiares e chefes criminosos, gerenciar transferências de valores e estreitar relações com uma facção criminosa com ramificações no Rio de Janeiro.

Os investigados enfrentam acusações de integração em organização criminosa, corrupção de menores, tortura e lavagem de dinheiro, decorrentes do recebimento e dissimulação de recursos através de transações financeiras complexas.



Como começou a investigação

O trabalho investigativo foi iniciado após denúncia anônima relatar que familiares utilizavam um projeto religioso para acessar a Penitenciária Central do Estado (PCE) e, supostamente, entregar celulares, carregadores e outros itens proibidos a lideranças custodiadas em ala de máxima segurança.

Ainda que a entrega de telefones celulares dentro da unidade prisional não tenha sido concretamente comprovada, a análise de dados telemáticos autorizada judicialmente revelou grande volume de fotografias, vídeos, mensagens e registros de transações que indicam que o relacionamento entre os investigados e presos, foragidos e lideranças da facção ia muito além do apoio espiritual.

Foram identificadas ligações telefônicas com detentos, intermediação de recados entre pessoas privadas de liberdade e pessoas em liberdade, contatos frequentes com conselheiros da facção presos e foragidos, além da distribuição de informações sobre a realidade prisional.

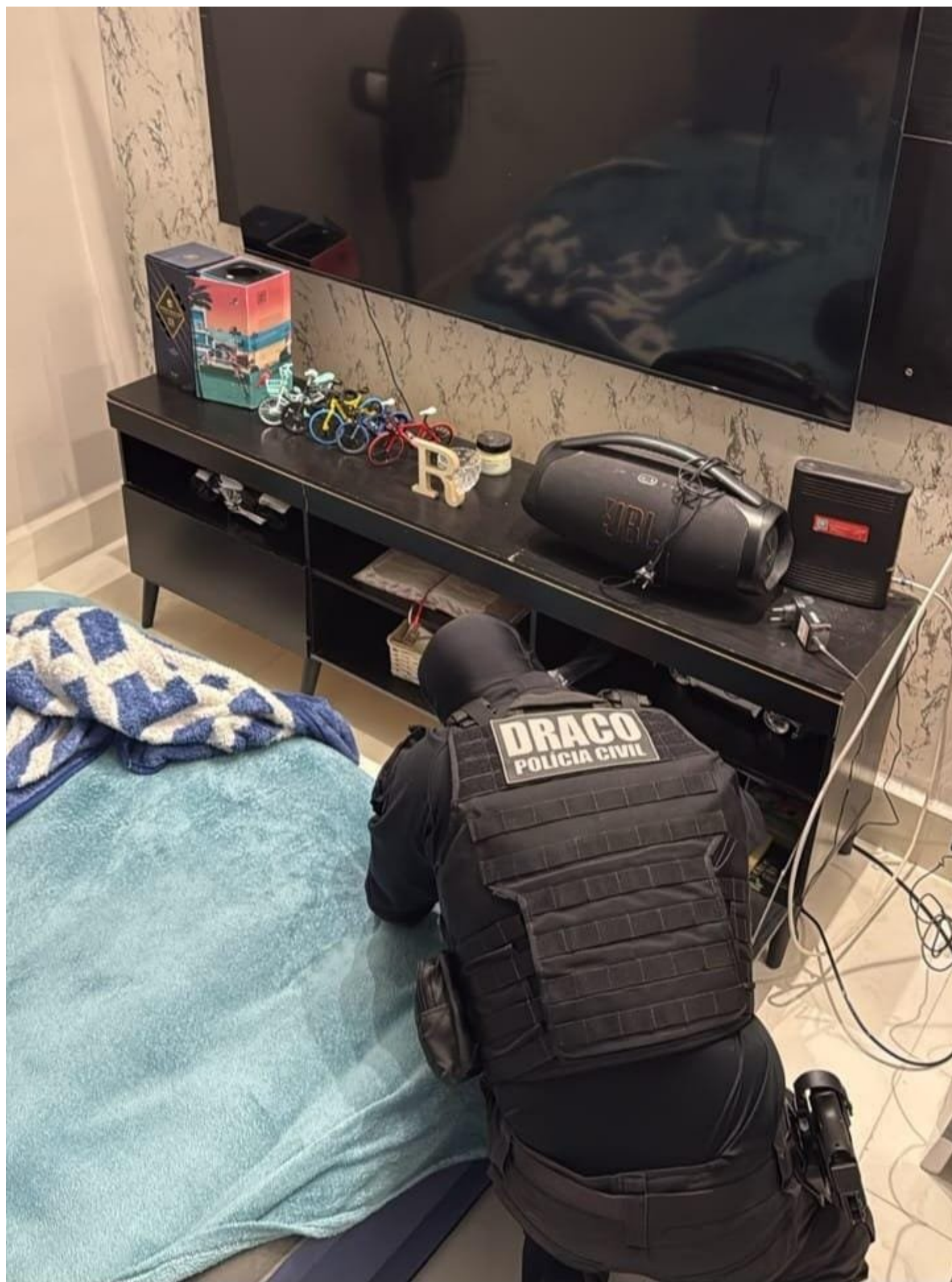
Os dados também demonstraram que integrantes da família recebiam quantias provenientes de presos e líderes da organização criminosa, utilizando contas de parentes e terceiros para realizar divisão de valores, transações trianguladas, depósitos em dinheiro vivo e repasses sucessivos.

Há evidências de custeio de deslocamentos, procedimentos cirúrgicos e estéticos, além da compra de automóveis em proveito de membros do grupo, sugerindo prática de ocultação de origem e destinação de recursos ilícitos.

Outro foco importante envolve deslocamentos constantes para uma localidade no Rio de Janeiro. Integrantes do grupo compareceram à moradia de um criminoso procurado pela justiça, localizada em região controlada pela facção, onde registros fotográficos e audiovisuais capturam a presença de fuzis, pistolas, revólveres, carabinas e sistemas de comunicação personalizados com símbolos da organização.

As imagens registram evangelistas junto com chefes da facção, pessoas procuradas pela lei e responsáveis pela proteção armada dos líderes. Também constam registros de menores com armas personalizadas e fotos dos próprios suspeitos manuseando diferentes tipos de armamento.

As chamadas de vídeo forneceram provas significativas. Mulheres vinculadas ao projeto religioso mantinham comunicação direta com líderes foragidos e indivíduos armados. Em uma ocasião, um conselheiro procurado pela justiça participa de videochamada enquanto seu companheiro dispara arma automática em uma comunidade.



Estratégia operacional revelada

As mulheres conectadas ao projeto religioso faziam parte de um grupo que realizava deslocamentos frequentes ao Rio de Janeiro, comparecia a áreas sob domínio da facção criminosa e mantinha relacionamentos pessoais e intimidades com membros da organização, com diversas dessas viagens tendo despesas custeadas pelos próprios criminosos.

Os diálogos investigados indicaram que integrantes da família intermediavam contatos com detentos e preservavam comunicação telefônica direta com presos. Em um episódio específico, uma investigada solicitou a execução de um